

Investimentos

Informações de companhias vão embasar decisão de aporte

BNDES e fundações vão analisar critério sustentável de empresa

Juliana Schincariol
Do Rio

A BNDESPar, sociedade de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e quatro dos principais fundos de pensão do Brasil — Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Valia (Vale) e Real Grandeza (Furnas) — se uniram para analisar os critérios socioambientais e de governança adotados pelas empresas em que investem. A ideia é que as companhias expliquem suas ações em um questionário formulado pelas instituições.

Segundo a diretora de investimento do BNDES, Eliane Lustosa, inicialmente será feito um diagnóstico da situação. Em um momento posterior, essas informações poderão embasar critérios de seleção de investimento e venda de participações. No entendimento dos dirigentes das fundações, a medida pode ajudar as companhias a reduzir riscos potenciais e a criar valor, em uma iniciativa de longo prazo.

“O mais importante é trabalhar

mos juntos buscando incentivar as empresas investidas a se preocuparem com as questões sociais, ambientais e de governança. É o início de uma atuação coordenada entre os principais investidores institucionais”, afirmou a diretora.

O foco do trabalho serão as companhias abertas. A estimativa é que possam ser alcançadas praticamente todas as empresas que fazem parte do índice IBR-X. E no futuro essa base poderá ser ampliada para títulos de renda fixa e sociedades fechadas. O termo de compromisso foi assinado pelas cinco instituições na última segunda-feira no Rio. Juntos, o BNDES e as quatro fundações reúnem um patrimônio de R\$410 bilhões.

De acordo com o diretor de participações da Previ, Renato Proença, o objetivo do grupo é funcionar como um indutor na área de sustentabilidade para outros participantes do mercado. As empresas precisam começar a olhar para estes critérios de maneira menos formalista e compreender de fato a sua importância, destacou. “O re-

cado mais claro às corporações é: se preocupem, pratiquem e não olhem os temas socioambientais só para produzir informes, mas para que eles entrem de fato na cultura das companhias”, disse. Outros interessados no assunto também poderão integrar o grupo, não só fundações, completou.

O tema de alguma forma já passa pelas cinco instituições. Petros, Previ, Valia e Real Grandeza são signatárias da iniciativa internacional batizada de Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e também possuem políticas internas de sustentabilidade, assim como o BNDES. Além disso, a resolução 4.661 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que foi editada este ano, passou a prever que os fundos de pensão devem considerar, na análise de riscos, “sempre que possível”, os aspectos referentes à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos.

O que as instituições querem com o projeto é avançar além do que os relatórios hoje investigam.

“O objetivo é entender a atuação das companhias de maneira organizada e comparável”, explica a diretora do BNDES. Será investigado como as companhias atuam em questões como diversidade de gênero, práticas ambientais, monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, por exemplo.

“Em um segundo momento, vamos discutir com os pares da indústria o plano para cada empresa em uma análise conjunta mais completa”, explicou o presidente da Petros, Daniel Lima. Segundo ele, o questionário inicia o processo e o acompanhamento vai gerar um retorno para as empresas. “O processo não só nos beneficia como investidores, mas as próprias empresas, que devem aprimorar suas práticas”, completou.

A iniciativa, segundo o diretor de investimentos da Valia, Maurício Wanderley, pode gerar oportunidades para as empresas criarem valor. “Pode haver iniciativas que as empresas estão fazendo e não estamos enxergando, então elas passam a comunicar isso de forma



Lustosa, do BNDES: critérios vão embasar investimento e venda de participações

direta, o que pode mudar totalmente a precificação e a visão dela do mercado”, afirmou.

O objetivo final do trabalho das fundações é apresentar o resultado dos investimentos para o participante, que está interessado em retorno com baixo risco, lembra o presidente da Fundação Real Grandeza, Sérgio Wilson Fontes. “Já sabemos que empresas que adotam práticas sustentáveis têm retorno muito maior. É uma evolução na geração de valor, não só o risco de imagem”, disse.

Em 2015, a Vale, que tem fundos de pensão entre seus principais

acionistas, esteve envolvida em dos maiores desastres ambientais da mineração brasileira: o rompimento da barragem da Samarco, controlada pela empresa brasileira e pela BHP, em Mariana (MG). “É um equívoco falar de caso A ou caso B. Este é um tema que de fato gera valor para as companhias. O recado é: queremos que as companhias se preocupem. Vamos cada vez mais valorizar isso e as empresas terão de olhar para isso também”, disse Proença, da Previ. E as fundações vão cobrar uma conscientização das companhias, completou Lima, da Petros.

Cresce engajamento de gestor de recursos, diz pesquisa

Toni Sciarretta
De São Paulo

Os gestores de recursos estão mais atentos ao potencial impacto de questões ambientais, sociais e de governança corporativa nos investimentos. Pesquisa da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Ca-

pitais (Anbima) mostra que 85% dos gestores levam em consideração pelo menos um desses critérios nas decisões de investimento. Em 2016, quando foi realizada a primeira edição do levantamento, esse percentual era de 68%.

Segundo a pesquisa, os chamados critérios ASG (ambiental, social e de governança) são mais

considerados na gestão de ativos de renda variável (44%), seguido por private equity e venture capital (42%). Os ativos de crédito privado aparecem com 34% e os de renda fixa soberana, com 6%.

“O mercado ainda está em processo de amadurecimento e a nossa expectativa é que esse número continue crescendo”,

diz Luzia Hirata, coordenadora do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade da Anbima.

A pesquisa mostrou ainda que cresceu o número de gestores com políticas específicas sobre investimento responsável. O percentual passou de 18% em 2016 para 21,3% neste ano. Por outro lado, diminuiu o número de ca-

sas que contam com uma área específica ou com funcionários dedicados ao acompanhamento dos critérios ASG — caiu de 14% para 11%. “As equipes estão cada vez mais enxutas. Essa queda pode estar relacionada à incorporação do assunto em outras áreas de análise”, disse Luzia.

Para ela, o que pode contribuir

com esse cenário é o aumento do interesse dos investidores pela sustentabilidade. “Eles já têm olhar mais para esses aspectos, mas ainda de forma tímida. As instituições financeiras precisam disseminar mais o tema e padronizar as informações para facilitar a comparação de uma empresa com outra”, afirmou.